



PREFEITURA DE  
**CAAPORÃ**  
*construindo uma nova história*

## GABINETE DO PREFEITO

**LEI Nº 752/2018**

Caaporã em 11 de Dezembro 2018.

**Regulamenta a concessão do auxílio combustível, para Tratamento Fora do Domicílio – TFD – exclusivamente para as Capitais dos Estados da Paraíba e Pernambuco, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e dá outras providências.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ-PB, no uso pleno de suas atribuições Legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais legislação em vigor, faz saber que a Casa Legislativa aprovou e Ele sanciona a presente Lei:

**Art. 1º-** O Tratamento Fora do Domicílio – TFD - é o instrumento legal que visa garantir, pela Prefeitura Municipal de Caaporã, auxílio de combustível, para pacientes que possuam carro próprio ou de familiares até segundo grau, para o tratamento de média e alta complexidade a pacientes portadores de doenças não tratáveis no Município de Caaporã-PB, que comprovem a carência por meio de um estudo social, praticado pela assistência social do Município.

**Art. 2º-** As despesas relativas ao deslocamento de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Caaporã – PB para Tratamento Fora de Domicílio – TFD, nas Capitais dos Estados da Paraíba e Pernambuco, quando esgotado todos os meios de tratamento no próprio Município, procederá segundo após análise de pessoal especializado em saúde pública do Município de Caaporã, que ateste a doença, e também a necessidade de tratamento nas capitais João Pessoa-PB e Recife-PE.

**Art.3º-** O benefício de que trata a presente Lei, somente será deferido ao paciente usuário do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Caaporã-PB, atendidos na rede pública, ambulatorial e hospitalar, conveniada ou contratada do SUS que necessitam de Tratamento Fora de Domicílio - TFD, em João Pessoa-PB ou Recife-PE, que possua carro próprio ou de parente até segundo grau, não podendo ser carro de aluguel.



## CAPÍTULO I

### DO PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO – POP

**Art.4º**- A solicitação de TFD deverá ser feita junto a Secretaria Municipal de Controle Interno, Transparência e Ouvidoria e autorizadas por Comissão Municipal Responsável pelo TFD designada pelo Gestor Municipal, desde que da área da Saúde, que solicitará se necessário, exames ou documentos que complementem a análise de cada caso, e será acionada tal comissão por meio de ofício interno da Secretaria de Controle Interno, Transparência e Ouvidoria.

**Art.5º**- O formulário de Solicitação de TFD será obrigatoriamente submetido à apreciação da Comissão Responsável pelo TFD da Secretaria Municipal de Saúde que, se acolher a indicação, procederá à recomendação a autorização do deslocamento do paciente.

**Art.6º** - A Secretaria Municipal de Controle Interno, Transparência e Ouvidoria deverá organizar o controle e avaliação do TFD de modo a manter disponível a documentação comprobatória das despesas de acordo com a lei.

**Art.7º**- A comissão responsável composta de 03 (três) profissionais, sendo ao menos 01(um) assistente social, mencionada no art. 4º, terá um prazo de 05 (cinco) dias, para responder, o atesto necessário, de que o paciente é portador de moléstia que se enquadre nesta lei, e que depende de tratamento na cidade de João Pessoa-PB ou Recife-PE.

**Art.8º**- O tratamento deverá ser realizado em Unidade Assistencial do SUS, da rede própria ou conveniada, mais próxima da residência do paciente, em uma das capitais do Estado da Paraíba ou Pernambuco, que dispuser de recursos assistenciais.

**Art.9º**- Fica vedado o pagamento de TFD em deslocamento para qualquer outra cidade.

**Art.10.-** Quando o paciente/acompanhante retornar ao Município de origem no mesmo dia não será autorizado outra ajuda da mesma natureza, e em caso de urgência ou emergência, estas serão atendidas pelos veículos adaptados do município, tipo ambulâncias.

**Art.11.-** O TFD somente será concedido para pacientes em tratamento ambulatorial, tipo hemodiálise, quimioterapia, ou tratamentos similares, sempre com o atesto da referida comissão.





**Art.12.-** Para todo deslocamento do paciente deverá ser fornecido o Relatório de Atendimento, ou declaração da unidade responsável de destino, sob pena de cessação de tal benefício.

**Art.13.-** Serão necessárias para liberação da ajuda de custo as seguintes documentações:

- I- O pedido de Tratamento Fora do Domicílio (Formulário de TFD) preenchido junto a Secretaria de Controle Interno, Transparência e Ouvidoria deste Município;
- II- Cópia dos exames realizados pelo paciente;
- III- 03 (três) cópias do RG (carteira de identidade) e do CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- IV- 03 (três) cópias do comprovante de endereço, dos respectivos três últimos meses;
- V- Cópia do Documento do Veículo a ser cadastrado, e o mesmo não sendo do paciente, cópia dos documentos dos proprietário que comprovem ser o proprietário parente até segundo grau;
- VI – Parecer da Comissão, de saúde nomeada para tanto pelo Gestor Municipal, sem remuneração extra, que pode recomendar de forma fundamentada, deferi-lo ou não.

## CAPÍTULO II DA AUTORIZAÇÃO DO BENEFÍCIO

**Art.14. -** Na concessão do benefício serão observados os seguintes critérios:

- I- a autorização para o TFD se dará à pacientes atendidos pela rede pública de saúde, ambulatorial e hospitalar, conveniada ou credenciada pelo SUS;
- II- o benefício será prestado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Urbanos ao usuário do SUS, que comprove na forma da lei a necessidade de deslocamento para tratamento continuado em João Pessoa-PB ou Recife-PE;
- III- será concedido somente para pacientes em tratamento ambulatorial, tipo quimioterapia, hemodiálise ou tratamentos similares, sempre com o atesto da referida comissão;
- IV- o Tratamento Fora do Domicílio somente poderá ser autorizado quando estiver garantido o atendimento no Município de referência, através de aprazamento pela Central de Marcação Especializada e pela Central de Disponibilidade de Leitos, com o horário e data previamente definidos;
- V- somente será permitido o pagamento de despesas com combustível para deslocamento, nos casos em que houver indicação médica, esclarecendo o motivo da impossibilidade do paciente se tratar na cidade de Caaporã-PB.



### **CAPÍTULO III**

#### **DA NÃO AUTORIZAÇÃO DO BENEFÍCIO**

**Art.15.-** O TFD não será autorizado:

- I- para procedimentos não constantes na tabela SIA e SIH/SUS;
- II- para tratamento para fora do país;
- III- para pagamento de deslocamento de familiares de pacientes durante tempo em que estiverem hospitalizados no município de destino;
- IV- em tratamentos que utilizem procedimentos assistenciais contidos no Piso de Atenção Básica (PAB) ou em tratamentos de longa duração, que exijam a fixação definitiva no local de tratamento;
- V- quando o deslocamento for para qualquer outra cidade fora das que estão indicadas nesta lei.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO**

**Art.16.-** Na concessão do benefício do Tratamento Fora do Domicílio – TFD é de responsabilidade do Município de origem, o fornecimento do combustível, no mesmo patamar, que abasteceria um carro do próprio município, para fazer o mesmo deslocamento:

### **CAPÍTULO V**

#### **SETOR DE PAGAMENTO/FORNECIMENTO – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS**

**Art.17.-** Ao receber o processo de Solicitação de TFD devidamente autorizado pela Secretaria de Controle Interno, Transparência e Ouvidoria, a Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos providenciará o pagamento ou o fornecimento, do combustível necessário.

**Art.18. -** A liberação do recurso/combustível para deslocamento para Tratamento Fora do Domicílio realizar-se-á mediante procedimento próprio da Secretaria de Infra Estrutura e





PREFEITURA DE  
**CAAPORÃ**  
*constituindo uma nova história*

Serviços Urbanos, para abastecimento de combustível neste Município. A prestação de contas perante a Secretaria de Controle Interno, Transparência e Ouvidoria se dará mensalmente.

**Art.19.** - A prestação de contas se efetivará mediante apresentação do Relatório de Atendimento.

## **CAPÍTULO VI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art.20.** – Todo o fornecimento de auxílio combustível ao TFD, ficará condicionado a disponibilidade financeira desta edilidade, quanto ao orçamento da Secretaria de Saúde e quando não dispor de recursos, o próprio paciente arcará, sem direito a reembolso de qualquer natureza.

**Art.21.** – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, e revoga qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Caaporã-PB, em 11 de Dezembro 2018.

  
**CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO**  
- Prefeito Constitucional -